



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 832, DE 2024

(Do Sr. Alberto Fraga)

Acrescenta o art. 241-A à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para adoção de medidas, pelo Poder Público, para identificar, incentivar, apoiar e ampliar o registro de produtos e serviços aptos a receber indicação de procedência ou denominação de origem, especialmente alimentos, bebidas e produtos artesanais, e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL;
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2024

(Do Senhor Alberto Fraga).

Acrescenta o art. 241-A à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para adoção de medidas, pelo Poder Público, para identificar, incentivar, apoiar e ampliar o registro de produtos e serviços aptos a receber indicação de procedência ou denominação de origem, especialmente alimentos, bebidas e produtos artesanais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 241-A. A União, os estados e o Distrito Federal e os municípios, no âmbito de suas competências, adotarão medidas para identificar, incentivar, apoiar e ampliar o registro de produtos e serviços aptos a receber indicação de procedência ou denominação de origem, especialmente alimentos, bebidas e produtos artesanais, como forma de desenvolver a economia local e regional, buscando, dentre outros objetivos, a prevenção e repressão à pirataria, a inclusão de pessoas de baixa renda, o fortalecimento das associações locais e a proteção do patrimônio cultural nacional”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei objetiva fortalecer a atuação do Poder Público para identificar, incentivar, apoiar e ampliar o registro de produtos e serviços aptos a receber indicação de procedência ou denominação de origem, especialmente alimentos, bebidas e produtos artesanais, como forma de desenvolver a economia local e regional, buscando, dentre outros objetivos, a prevenção e repressão à pirataria, a inclusão de pessoas de baixa renda, o fortalecimento das associações locais e a proteção do patrimônio cultural nacional.

O tema é de extrema importância, pois, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹, no Brasil temos somente 94 indicações geográficas, sendo 71 indicações de procedência e 23 denominações de origem. No resto do mundo, são 10 mil “indicações geográficas, sendo que 90% estão em países desenvolvidos”, movimentando mercado de cerca de 250 bilhões de reais.

Ou seja, o mundo desenvolvido dá grande importância para a denominação de origem, como forma de proteção econômica e cultural de suas comunidades, e o Brasil necessita acompanhar esse movimento. No Brasil, o tema de registro desse produtos e serviços é tratado nos arts. 176 e seguintes da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que se pretende alterar.

Acrescente-se que, recentemente, o Parlamento Europeu aprovou uma lei para que os seus membros aprovem legislação interna para proteção dos produtos e serviços com origem geográfica, especialmente o artesanato. O reconhecimento de origem associado a medidas decorrentes, como selos próprios, agrega valor ao produto, ademais de evitar a pirataria, o que ajuda na inclusão social das comunidades, principalmente as mais carentes, e a proteção do patrimônio cultural brasileiro.

1 [https://noticias.portaldaindustria.com.br/especiais/um-panorama-das-indicacoes-geograficas-no-brasil/#:~:text=A%20Denomina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Origem%20\(DO,incluindo%20fatores%20naturais%20e%20humanos](https://noticias.portaldaindustria.com.br/especiais/um-panorama-das-indicacoes-geograficas-no-brasil/#:~:text=A%20Denomina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Origem%20(DO,incluindo%20fatores%20naturais%20e%20humanos). Acesso em 19 de março de 2024.



Assim, por ser medida de cunho econômico relevante para agregar valor e proteger produtos e serviços nacionais é que conclamo meus pares para apoiar, aperfeiçoar e, ao cabo, aprovar esta proposição.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2024.



Deputado Alberto Fraga





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO
DE 1996**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199605-14;9279>

FIM DO DOCUMENTO